



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.153, DE 2025 **(Do Sr. Nitinho)**

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de placas de advertência e placas indicativas de rotas alternativas de fuga em áreas sujeitas a risco de alagamento em todo o território nacional.

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr, Nitinho)

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação de placas de advertência e placas indicativas de rotas alternativas de fuga em áreas sujeitas a risco de alagamento em todo o território nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica estabelecida a obrigatoriedade da instalação de placas de advertência e placas indicativas de rotas alternativas de fuga em áreas urbanas e rurais reconhecidas como de risco de alagamento, conforme mapeamento realizado pelos órgãos competentes.

Art. 2º As placas de advertência deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Símbolo internacional de risco de inundação;
- b) Mensagem de alerta sobre o risco de alagamento na área;
- c) Informações sobre os níveis de alerta e as medidas de segurança a serem tomadas em cada situação;
- d) Contatos dos órgãos de Defesa Civil e outros serviços de emergência.

Art. 3º As placas indicativas de rotas alternativas de fuga deverão conter:

- a) Símbolos e setas indicativas da direção das rotas de fuga;
- b) Distância e tempo estimado para alcançar os pontos de segurança;
- c) Indicação dos pontos de abrigo e locais seguros em caso de alagamento.

Art. 4º A instalação e manutenção das placas serão de responsabilidade dos órgãos municipais de trânsito e defesa civil, em parceria com os órgãos estaduais e federais competentes.



Art. 5º Os recursos para a implementação desta lei poderão ser provenientes de:

- a) Dotações orçamentárias dos Municípios, Estados e União;
- b) Fundos específicos para ações de prevenção e resposta a desastres naturais;
- c) Parcerias com a iniciativa privada e organizações não governamentais.

Art. 6º O descumprimento desta lei sujeitará os responsáveis às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão de repasse de recursos públicos para projetos de infraestrutura nas áreas afetadas.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua publicação.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa visa garantir a segurança da população em áreas de risco de alagamento, por meio da implantação de placas de advertência e placas indicativas de rotas alternativas de fuga. A medida se justifica pela crescente ocorrência de eventos climáticos extremos, que têm causado graves danos materiais e humanos em diversas regiões do país.

A sinalização adequada é fundamental para orientar a população em situações de emergência, permitindo a evacuação rápida e segura das áreas de risco. Além disso, as placas de advertência contribuem para conscientizar a população sobre os riscos de alagamento e as medidas de prevenção a serem adotadas.

Acreditamos que a aprovação desta lei representará um importante avanço na proteção da vida e do patrimônio dos cidadãos, contribuindo para a construção de cidades mais resilientes e preparadas para enfrentar os desafios das mudanças climáticas.

Sala das Sessões, em de abril de 2025.

Deputado **Nitinho**

PSD/SE

